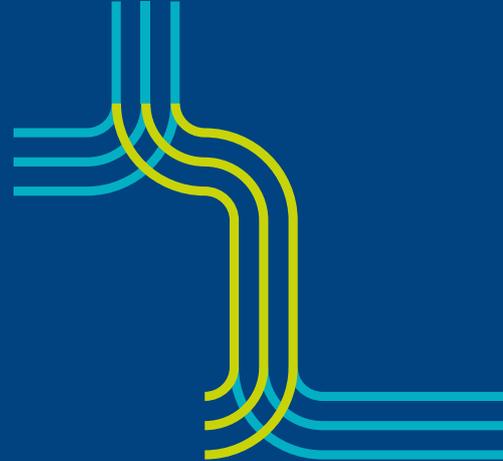


OEI 75



Perspetivas ibero-americanas:

A educação para a convivência democrática e
a promoção dos direitos humanos



Rede Ibero-Americana de Educação em Direitos
Humanos e para a Cidadania Democrática



Conteúdo

Prefácio

Irune Aguirrezabal 03

Mariano Jabonero

Educar em direitos humanos, uma tarefa inadiável 04

Adela Cortina

Direitos humanos: o caminho para uma paz justa..... 09

Ángel Gabilondo

Educação ética: uma aposta na convivência democrática 14

Magaly Robalino-Campos

Violência: o inimigo silencioso do direito humano
à educação na América Latina e no Caribe 21





Prefácio

A publicação de hoje, *Perspectivas ibero-americanas: Educação para a convivência democrática e a promoção dos direitos humanos*, representa um marco significativo para a Rede Ibero-Americana de Educação para os Direitos Humanos e a Cidadania Democrática. Esta é a primeira publicação da Rede, um espaço de convergência e colaboração que, desde seu lançamento em 27 de fevereiro de 2024, vem trabalhando ativamente para fortalecer a educação em direitos humanos e seu papel fundamental na construção de sociedades mais justas, democráticas e inclusivas.

Em apenas um ano, a Rede conseguiu se consolidar com 113 entidades associadas, como membros e amigos, refletindo a relevância de sua proposta e a crescente necessidade de gerar espaços de reflexão e ação em educação em direitos humanos, cultura de paz e desenvolvimento sustentável na Ibero-América.

O objetivo desta publicação é promover o aprendizado e a reflexão sobre democracia, educação em valores, coexistência e igualdade. Para isso, reúne quatro artigos e seis vídeos curtos nos quais vozes de destaque analisam a questão: Qual é o papel da educação em direitos huma-

nos na coexistência democrática em nossos países? A diversidade de abordagens apresentadas enriquece o debate e contribui para a construção de uma visão plural e abrangente da educação em direitos humanos.

Na Organização dos Estados Ibero-Americanos, acreditamos na educação em direitos humanos como pilar de uma sociedade justa e inclusiva. Ao educar cidadãos empáticos e críticos, avançamos em direção ao exercício da cidadania plena e ao aprimoramento das instituições democráticas.

Esperamos que esta publicação seja um recurso valioso para aqueles que promovem os direitos humanos e a democracia, e convidamos as entidades interessadas (dos setores público e privado, ONGs, universidades e fundações) a se juntarem à Rede Ibero-Americana de Educação em Direitos Humanos e Cidadania Democrática.

Irune Aguirrezabal

Diretor

Programa Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura



Educar em direitos humanos, uma tarefa inadiável

Mariano Jabonero





“No podemos ser indiferentes perante a injustiça e a desigualdade. A educação dá-nos poder para mudar o mundo.”

Mariano Jabonero.

Secretário-Geral da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura



Educar cidadãos democráticos, solidários, com pensamento crítico e capacidade de dialogar e reconhecer os outros nunca foi tão crucial quanto hoje para protegermos nossas democracias. Isso ocorre porque, como todos nós podemos constatar, estamos imersos em tempos difíceis, nos quais a circulação e o consumo de realidades distorcidas e, em muitos casos, de mentiras, estão combinados com uma forte e preocupante desconfiança das instituições que sustentam nosso Estado de Direito.

Neste cenário perigoso, elevar a educação ética como uma prioridade política na América Latina e na União Europeia é um objetivo que nós da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI) estabelecemos em nossas últimas agendas programáticas, e é por isso que estamos comprometidos com o fortalecimento de alianças público-privadas com outros parceiros que compartilham essa prioridade imperativa para a região.

A defesa da democracia e de um sistema robusto de proteção dos direitos humanos é um pré-requisito para a cooperação para o desenvolvimento funcionar, e é por isso que estamos convencidos de que valores universais como liberdade, igualdade, justiça e solidariedade, dentro do quadro internacional de direitos humanos, devem ser cultivados para que possamos cuidar de algo tão precioso como nossa convivência democrática, que hoje está sujeita a desafios complexos, como os

mencionados anteriormente, entre outros.

O atual declínio da democracia está aumentando em proporção direta ao número crescente de pessoas insatisfeitas ou indiferentes a ela ou à imagem que está sendo construída no contexto atual de excesso de informações - ou infodemia, como é chamado pelos especialistas. Isso se agrava ainda mais pelo fato de estarmos em um momento especialmente perigoso, no qual a sociedade está exposta ao pêndulo da polarização.

Esse aumento do extremismo, do discurso de ódio e da negação de consensos sobre os valores que defendemos aqui inevitavelmente forjou um maior senso de urgência na defesa da ordem democrática e do quadro básico dos direitos humanos.

Os Estados, as organizações internacionais, a sociedade civil e as empresas têm agora um papel fundamental e renovado na aplicação dos princípios que nortearam, há quase oito décadas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

“A educação em direitos humanos é a vacina contra a intolerância e o extremismo.”



Os direitos e as liberdades não são negociáveis nem estão sujeitos a exceções. Sob essa premissa, quando vemos sinais de que eles estão sendo relativizados ou adaptados a interesses particulares, corremos o risco de cair no “vale tudo”, mesmo às custas da dignidade dos outros. E isso é letal para qualquer sistema democrático, pois esse caminho não apenas corrói os princípios fundamentais, mas também ameaça a possibilidade de construir sociedades inclusivas que respeitem as diferenças.

É aqui onde o papel da educação em direitos humanos e valores democráticos desempenha



um papel essencial para salvaguardá-los, já que as salas de aula ibero-americanas são os espaços idôneos para que nossos cidadãos adquiram as ferramentas necessárias para seu pleno desenvolvimento e para forjar seu caráter crítico e dialógico, aspectos fundamentais para sua participação em uma sociedade capaz de conviver em paz.

Mas há muitos inimigos que ainda precisam ser derrotados: as desigualdades, a discriminação, a falta de acesso a oportunidades para uma vida melhor, a cultura da violência, a perda

de liberdades, a exclusão social, as guerras e invasões de alguns países contra outros, as crises ambientais e de saúde, a tortura, as detenções arbitrárias, as execuções e os desaparecimentos de pessoas, entre outros flagelos que lamentavelmente persistem em nossa região, desafiando os valores que conseguimos construir desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que também acaba introduzindo um debate, às vezes irracional, baseado na desconexão entre essa realidade certamente complexa e a narrativa aspiracional que esse quadro de direitos e liberdades implica em um mundo civilizado.

Consideramos que o foco do debate não é o fato de esse sistema de valores ter ficado aquém ou, no outro extremo, ter atingido seu apogeu, mas sim que esse futuro, que víamos como distante, já está aqui, “e não é mais o que era”.

Novos fatores como a globalização e alguns dos efeitos associados a ela, como as desigualdades, bem como o impacto da sociedade da informação e de novas tecnologias como a inteligência artificial, tornam necessário levantar outras bandeiras mais próximas das novas preocupações do que autores, como o germano-britânico Ralf Dahrendorf, chamam de “sociedade civil internacional”.

Portanto, hoje é fundamental fazer um novo apelo, mais exigente e vigoroso, à comunidade internacional sobre os perigos a que podem levar o desinteresse e a indiferença pelo fortalecimento das democracias e dos direitos humanos e, nesse sentido, alertar também para o perigo do próprio sistema de organizações internacionais, que, juntamente com a democracia, também está ameaçado por causas idênticas.

Basta analisar o conteúdo e o desenvolvimento das últimas reuniões, cúpulas e fóruns internacionais, tanto em nível global quanto em nossa região ibero-americana, para perceber com enorme preocupação que essas questões cruciais para a convivência quase desapareceram



da agenda internacional.

Esse apelo para apostarmos na educação para a democracia e os direitos humanos em uma grande aliança que inclua o maior número de estratos de nossa sociedade não significa, longe disso, relegar outras urgências igualmente reais, como as mudanças climáticas ou os desafios sociais e morais que as novas tecnologias nos impõem, bem como a pobreza, a fome e os conflitos armados que, como já apontamos, infelizmente continuam a atingir nosso mundo.

Pelo contrário, temos certeza de que colocar a convivência democrática e a educação em valores no centro é potencializar um instrumento decisivo e sustentável para ajudar a superar esses desafios.

Entendamos que boas intenções, declarações estéreis ou contratos sem músculos não são suficientes, porque quando chega a hora de

prestar contas, a única coisa relevante é o que foi realmente alcançado, que resultados foram obtidos para contribuir com o mundo que gostaríamos de deixar para o futuro.

É por isso que nós, da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), colocamos à disposição dos cidadãos de nossa região inúmeras ferramentas para promover esse contrato social que defendemos aqui, com o objetivo de continuar trabalhando por uma região mais justa e democrática.

Nosso Programa Ibero-Americano de Educação para os Direitos Humanos, a Democracia e a Igualdade, lançado em 2021, é um exemplo desse compromisso; com pouco mais de 4 anos de funcionamento, conseguiu articular redes de trabalho para promover cenários de participação cidadã plurais e baseados no diálogo, apostando na inclusão de nossos jovens como sujeitos-chave para alcançar esses objetivos.

“ Não podemos permitir que a apatia e a indiferença corroam a nossa democracia. A participação cidadã é essencial. ”





“ **A educação não é apenas conhecimento, é transformação. Forma cidadãos críticos, comprometidos e capazes de construir um futuro melhor.** ”

É hora de aproveitar o poder da educação, em todas as suas modalidades, formal e informal, bem como o poder das novas tecnologias que, como já dissemos, são aliadas fundamentais para a compreensão de nosso contexto atual.

Com essas poderosas ferramentas, sem dúvida, teremos em mãos a dotação necessária para dar um novo impulso à vigência dos valores aqui expostos e que são a substância que constitui a prática cotidiana dos direitos humanos fundamentais.

Nesse sentido, é e sempre será nosso compromisso redobrar nossos esforços para promover a compreensão do papel que a educação em valores éticos e o espírito de cidadania democrática podem e devem desempenhar como elos essenciais para conter o autoritarismo e a autocracia.

Como reafirma a grande filósofa espanhola Adela Cortina, precisamos que a ética esteja no centro da construção da cidadania e, para isso, devemos formar bons cidadãos, com capacidade de ter apreço pelos valores, de compreender o outro e de argumentar.

Em suma, sem uma boa educação em direitos humanos, voltada para a formação ética, o exercício da cidadania e a convivência democrática, será difícil gerar outros bens públicos, como a inclusão, a segurança e a prosperidade compartilhada, que são indispensáveis para manter a coesão das sociedades civilizadas. A educação não é apenas libertadora; é também um caminho para pensar, refletir, aprender a descobrir a razão e chegar a julgamentos sensatos. E é, finalmente, uma

maneira de construir uma cidadania que aprecia e defende a democracia e os direitos humanos como a via indispensável para ser e estar na vida.





Direitos humanos: o caminho para uma paz justa

Adela Cortina





“Falar de educação em Direitos Humanos é falar sobre os valores que nos unem, dos direitos que defendemos. ”

Adela Cortina.

*Catedrática Emérita de Ética e Filosofia Política da Universidade de Valência.
Diretora Acadêmica Étnor.*



Falar de educação em Direitos Humanos é falar sobre os valores que nos unem, dos direitos que defendemos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 representa um verdadeiro marco histórico nos âmbitos ético, jurídico, político e, de forma geral, para toda a humanidade.

É importante lembrar que esses direitos surgiram justamente para abrir caminho para uma paz justa. De fato, após a Segunda Guerra Mundial, buscou-se uma forma de abrir o caminho para a paz; uma paz justa que só pode ser alcançada quando os direitos dos seres humanos são respeitados e colocados em primeiro lugar.

Nesse sentido, é hora de continuar construindo a paz por meio da proteção dos direitos. Como dizia Hobbes, para que haja uma paz verdadeira, é preciso eliminar as causas da guerra. Enquanto essas causas persistirem, estaremos sempre em um estado de guerra latente, correndo o risco de um novo conflito.

A Declaração de 1948 oferece duas razões que justificam porque todos os seres humanos possuem esses direitos. Em primeiro lugar, porque têm dignidade e não têm preço. Em segundo, porque fazem parte da família humana.

Na Fundamentação da Metafísica dos Costumes, Kant afirma que os seres humanos possuem dignidade e não têm um preço. As coisas que têm um preço podem ser substituídas por um equivalente, mas os seres humanos não têm equivalente, são insubstituíveis, por isso

têm dignidade. O homem é sagrado para o homem e não é permitido lhe causar nenhum mal.

Sob essa perspectiva, é fundamental aprender a valorizar os seres humanos, e essa é a missão da educação: aprender a valorizar o que é valioso por si mesmo. Só assim será possível respeitar os direitos. Podemos criar leis, constituições e instituições, mas se não aprendermos a valorizar o ser humano, se não educarmos nosso olhar para enxergar o que há em cada pessoa, não poderemos defender os direitos humanos.

Os direitos humanos são reconhecidos, não concedidos. Não se trata de decidir se vamos conceder ou não esses direitos a alguém; já pertencem a todos os seres humanos e cabe a nós aprendermos a reconhecê-los. Por isso, não é necessário estabelecer um novo contrato social, pois a tradição dos direitos humanos não se baseia no contrato, mas no reconhecimento. Não se trata de organizar um mundo com base na troca, no qual eu cumpro meus deveres e você respeita meus direitos, mas sim de vivermos na tradição mais básica: a do reconhecimento. Temos que

“ Os direitos humanos são reconhecidos, não concedidos. Não se trata de decidir se vamos conceder ou não esses direitos a alguém; já pertencem a todos os seres humanos e cabe a nós aprendermos a reconhecê-los. ”



educar dentro dessa tradição, bem como da tradição da solidariedade.

Os direitos humanos só podem ser protegidos em sociedades democráticas. A democracia é o regime que respeita e protege esses direitos. Por isso, é essencial aprofundar e expandir a democracia.

Mas quais seriam os pilares de uma educação voltada para a cidadania democrática? No Ocidente, a educação tem dois objetivos fundamentais: formar pessoas que queiram buscar a felicidade, que se arrisquem a sonhar com algo grandioso como a felicidade e que, ao mesmo tempo, sejam cidadãos com senso de justiça.

A justiça e a felicidade são os dois grandes pilares da ética. Devemos aspirar à felicidade dentro das exigências da justiça. E acredito que a tarefa da educação em qualquer instituição de ensino, em qualquer parte do mundo ocidental, é educar para a felicidade e, sobretudo, para a justiça.

Kant, em seus tratados sobre pedagogia, dizia que o ser humano é moldado pela educação e se torna aquilo que a educação faz dele. Também afirmava que os países enfrentam dois grandes desafios: o problema da educação e o problema do governo. E considerava o primeiro o mais difícil de resolver, já que exige decidir se devemos educar para o presente ou para um futuro melhor.

A resposta de Kant, que também seria a minha é: para um futuro melhor. Mas para construí-lo, a grande questão é: o que ensinar? O futuro é incerto e desconhecido.

Baseando-se nos “imperativos kantianos”, há três tipos que devem ser mantidos e que representariam os eixos da educação:

O primeiro é o imperativo hipotético da habilidade. Sabemos que nossos filhos vão querer realizar determinadas tarefas no futuro, mas como não sabemos quais serão, devemos dotá-los de todo o conhecimento, competências e habilida-

des possíveis para que possam escolher seus próprios objetivos.

A educação deve ser pautada no desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida e para atingir as metas. Não importa se o objetivo é ser um professor de filosofia ou um jogador de futebol, o mais importante é dotá-los das habilidades e competências necessárias para isso.

“ Os direitos humanos só podem ser protegidos em sociedades democráticas. ”



Quais são essas habilidades?

- Temos que estar cientes de que há conhecimentos que evoluem, mas devemos partir do que dispomos agora: buscar e compreender informações, dando-lhes um sentido. Os jovens buscam informações, mas muitas vezes não conseguem interpretá-las corretamente. E informação ainda não é conhecimento, precisa de um sentido.



- Desenvolver competências digitais. Os sistemas inteligentes devem ser usados e as competências digitais devem ser adquiridas para colocá-las a serviço de pessoas que possuem dignidade e nem sempre um preço. Devemos usar esses meios, mas conscientizar os alunos de que as plataformas não são neutras. É preciso ter uma visão crítica do mundo das plataformas e explicá-lo aos alunos para que sejam críticos, autônomos e para que não se deixem manipular de nenhuma forma.

- Saber falar, saber ler, saber escrever e saber argumentar. Estamos perdendo o hábito de falar. Quem não sabe se expressar não tem liberdade de expressão. Quem não sabe escrever se sente inferiorizado, humilhado. É fundamental saber argumentar. Hoje em dia há argumentos, discursos prontos, mas não há argumentação. Falta quem debata, quem delibere em público.

- Ensinar a valorizar a cooperação. Não somos indivíduos isolados que, em algum momento, decidiram se unir. Somos seres que se relacionam, que dialogam. É exatamente o diálogo e o reconhecimento mútuo que nos constituem como pessoas.

O segundo eixo é o da felicidade. Segundo Kant, todos os seres humanos buscam a felicidade. E estava absolutamente certo. Todos buscamos a felicidade e fico muito triste quando me deparo com alunos que já “entregaram os pontos”, que já desistiram desse ideal, convencidos de que ser feliz é impossível. Acho que temos de educar para a felicidade, mostrar que, para alcançá-la, é preciso ser prudente. A prudência não consiste em querer sempre mais, mas sim em saber reconhecer o que é suficiente. Uma pessoa prudente não se deixa arrastar por caminhos que a afastam de seu propósito.

É preciso educar para a busca da felicidade e, para isso, precisamos ser donos de nós mesmos,

“ A compaixão é empatia e compromisso. ”

de nossas convicções, ser autônomos, conquistar nossa própria vida sempre em relação com os outros. A liberdade só é alcançada por meio da solidariedade.

E, por último, o terceiro eixo é educar para a sabedoria moral. E isso é o que chamaria de imperativo categórico. Educar para a sabedoria moral é ensinar os valores da justiça e da compaixão.

Educar para a justiça está relacionado com os direitos humanos. Os direitos humanos são os princípios mínimos de justiça que nós, no mundo ocidental, aceitamos e consideramos essenciais. Dissemos em voz alta que, se não cumprirmos esses direitos, estaremos abaixo do mínimo de humanidade. Os direitos humanos são esse nível mínimo de humanidade, os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, o direito à paz, ao meio ambiente, ao desenvolvimento dos povos, o direito ao conjunto de direitos que deve ser protegido nas democracias liberais e sociais.

É isso que precisa ser ampliado e protegido. Essa é uma questão de justiça. E a justiça é muito exigente. Diferente da felicidade, que pode ser proposta ou incentivada, a justiça deve ser exigida. E os direitos humanos são uma exigência. Felizmente, esses direitos vêm sendo incorporados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são uma incorporação dos direitos humanos em diferentes âmbitos em um mundo globalizado.

Educar para a cidadania democrática requer ensinar o valor da justiça e da compaixão. Isso exige que escolas e universidades ensinem o que são os direitos humanos e a história por trás deles. É preciso contar o caminho de lutas e sofrimentos que levou à convicção de que não pode haver escravidão nem seres humanos superiores ou inferiores. Todos são iguais.

Mas no mundo dos direitos e deveres, não é apenas o senso de justiça que é importante, a gratuidade e a compaixão também são essenciais. A compaixão é fundamental. Enquanto a humanidade não for regida pelo princípio da compaixão,



“ **Precisamos formar cidadãos que não apenas adquiram conhecimento, mas que busquem a excelência** ”

estaremos perdidos

O que significa compaixão? Em princípio, é empatia, mas vai além disso. Empatia é a capacidade de se colocar no lugar do outro, tanto na tristeza quanto na alegria. É perceber que o outro está triste ou que está alegre porque empatizo com ele. Mas, como observou uma autora, e acho que estava certíssima, até mesmo o carrasco tem muita empatia com sua vítima porque sabe como feri-la, sabe onde sente dor.

A empatia não é suficiente. É necessário ter compaixão. A compaixão é a capacidade de se colocar no lugar do outro, de se alegrar com sua alegria. E quando o outro estiver triste, comprometer-se a aliviar seu sofrimento. A compaixão é empatia e compromisso. Diante de todo o sofrimento que existe, comprometer-se a aliviar o sofrimento do outro é um dever que assumimos com a Declaração dos Direitos Humanos, porque falar é se comprometer, declarar é se comprometer.

Por isso, creio que devemos educar para a justiça e a compaixão porque somos interdependentes, porque nos reconhecemos mutuamente como carne da mesma carne e sangue do mesmo sangue. Daí nasce a obrigação, que vai além de ser um dever e um direito. É um compromisso profundo, um vínculo que se expande pelo amplo caminho da gratuidade. Há muitas necessidades humanas que não podem ser impostas como um dever, nem ser exigidas como um direito, mas, ainda assim são necessidades para que os seres humanos possam seguir adiante. Esse é o campo da gratuidade e

da obrigação.

Precisamos formar cidadãos que não apenas adquiram conhecimento, mas que busquem a excelência. E excelência não significa apenas evitar erros, mas sim se desafiar continuamente para tirar o melhor de si e colocá-lo a serviço da sociedade.

Esse é o caminho para formar cidadãos que sejam pessoas excelentes, capazes de levar adiante uma democracia na qual todos se sintam acolhidos, onde não haja exclusão.





Educação ética: uma aposta na convivência democrática

Ángel Gabilondo





“Educar na ética do acordo é a base da formação democrática. O diálogo não é a substituição do que se pensa pela mera posição do outro, mas a busca reiterada daquilo que é comum e do que se pode diferenciar.”

Ángel Gabilondo.
Provedor de Justiça de Espanha



Já vivemos em uma época em que falar de convivência e harmonia gerava uma grande comoção. Hoje não falta quem relacione esses termos simplesmente a algo bem-intencionado.

De qualquer forma, eles teriam mais a ver com os espaços da mesura, que não é mediocridade nem mediania, mas sim moderação, que não é simplesmente um meio-termo, mas uma modalidade de bravura e coragem.

A educação fundamenta-se em estar disposto a deixar-se ensinar algo e não acreditar que já sabe tudo e melhor do que os outros. Isso se contrapõe ao partidarismo, ao sectarismo e ao dogmatismo, causa e fruto da má educação, cujo horizonte é o confronto em todas as suas formas, até mesmo a violência mais explícita.

A democracia é um acordo e é no acordo que ela tece sua legitimidade. As constituições devem ser, de uma forma ou de outra, grandes pactos. E a ação educacional consistente exige um acordo, não o mero ativismo legislativo. O acordo precisa ser construído. Não se trata de acreditar que nos deparamos com ele como se estivesse esperando nossa chegada, impassível e já pronto, e muito menos de usá-lo como um aríete contra outras posições. É uma questão de moldá-lo, de fazê-lo juntos, de criá-lo. Não é a imposição de uma vontade dominante.

Educar na ética do acordo é a base da formação democrática. O diálogo não é a substituição

do que se pensa pela mera posição do outro, mas a busca reiterada daquilo que é comum e do que se pode diferenciar. É claro que isso exige esforço e paciência, e que esse esforço e essa paciência são uma dimensão da ética que devemos experimentar, viver e aprender. Não é uma mera renúncia às próprias convicções, mas uma forma de construí-las, já que o bom consenso é transformador e até inovador.

Poucas palavras foram tão manipuladas quanto a palavra ética, muitas vezes usada como uma forma morna de moralidade, considerada como uma simples disposição íntima da consciência, quando na verdade ela está centrada em um comportamento baseado não só no reconhecimento do outro, mas também na criação de condições e espaços para a justiça e a liberdade.

Trata-se de levar o outro em consideração, seja para se opor ou para compor com ele, com ela. É relação, não mera ação. Nesses espaços, é possível ser um membro ativo e de pleno direito de uma comunidade e, sem essa condição, tudo é terreno fértil para a indiferença, o individualismo, o egoísmo e a solidão.

Por isso, a melhor educação ética é a convivência com outros, com outras, diversos, diferentes, construindo uma igualdade inclusiva de direitos em comum. Só assim a comunidade e a comunicação são possíveis. Não é questão de tentar tornar idêntico o que é diferente, mas de



buscar a semelhança a partir da qual se pode diferenciar. Pois é somente na comunidade que se pode ser diferente. Fora da comunidade, somos indiferentes. Trata-se de configurar âmbitos de convivência, o que não significa nem homogeneidade nem uniformidade.

claro. Mas sem cultura e educação não haverá nenhuma possibilidade de alcançar a equidade, a base do bem comum, que perseguimos. A educação e o conhecimento, sendo também o objetivo primordial das universidades, devem gerar a capacidade de responder aos grandes desafios globais das sociedades do século XXI: energia sustentável, mudança climática, saúde,

“ a melhor educação ética é a convivência com outros, com outras, diversos, diferentes, construindo uma igualdade inclusiva de direitos em comum. Só assim a comunidade e a comunicação são possíveis. ”

A ética é uma experiência, um modo de viver, a configuração de um espaço e um modo de vida, não uma simples disciplina ou uma mera atitude para formar uma sociedade de espectadores. Não é pura assimilação para se render à autoridade do homogêneo, é mais do que integração, é incorporação, como destacamos, de pleno direito. Paul Ricoeur considera que “o político prolonga o ético, dando-lhe uma esfera de ação”. É por isso que a ética da política consiste na criação de espaços de justiça e liberdade.

Assim como só se aprende a nadar nadando, só se aprende a participar participando. E a conviver convivendo. Finalmente, educar-se é inserir-se em uma comunidade. E aprender a viver e a crescer nela, a fazer os outros crescerem, a participar, a fazer parte dela e a assumir responsabilidades. Seja na sala de aula, na família, em uma associação, em um país ou em um ambiente de amizade. O próprio Homero ressalta: a verdadeira escravidão é a falta de fraternidade, de lei e de lar. E acrescentamos agora, não há verdadeira liberdade sem eles.

A tarefa é complexa e difícil. A miséria, a ignorância, a pobreza, a dor e o sofrimento dos seres humanos só podem ser combatidos a fundo com cultura e educação. Não apenas com eles, é

água, alimentação, emigração, luta contra a pobreza, assim como opor-se aos conflitos que fazem das guerras a forma de dizer que aniquila a palavra justa, que é mais do que a ausência de guerras e que dá um conteúdo concreto à palavra paz.

Também é difícil não sentir um certo pudor, algum constrangimento e um profundo mal-estar ético diante da situação de desamparo em que tantas pessoas se encontram, como se isso fosse independente de nossa sensibilidade, ou de nossa vontade, ou melhor, da falta delas.





Não é casual nem indiferente à nossa ação ou negligência. Tampouco é acidental ou lateral, mas responde a toda uma maneira de proceder e de nos organizarmos pessoal, institucional e estruturalmente. E de concebê-lo.

O mal denominado “realismo” diz: “e o que podemos fazer?”, “a vida sempre foi assim”, é “assim que as coisas são e pronto”. E que qualquer projeto de transformação é inviável e ingênuo. Mas não é verdade que não há nada a fazer.

A dignidade inalienável e a singularidade insubstituível fazem de todos e de cada um, de todas e de cada uma, alguém com pleno sentido. E educar nessas características é fundamental. A autonomia, como capacidade de escolher livremente com condições de possibilidade, também de respeitar e ser respeitados, de ser livres e iguais, baseia-se em uma permanente

“ A ação individual é tão indispensável quanto insuficiente. A democracia precisa ser ética, para dar uma dimensão humana, de seres humanos, ao que fazemos e dizemos, ao que vivemos. ”

postura ativa contra a iniquidade e a favor da não discriminação, por dignidade ética, que cria espaços de justiça e liberdade. E isso exige, para começar, igualdade de oportunidades.

Dizer que há muito sofrimento é um eufemismo. Há homens e mulheres bem concretos, muito específicos e singulares que sofrem. Cada qual, à sua maneira, depara-se com a dor e o sofrimento na vida, mas há aqueles que o vivem constante e insistentemente, cujas vidas são tecidas e entrelaçadas por uma situação permanente de sofrimento. E eles são recebidos

com muita indiferença. Em qualquer caso, só quem ainda não nasceu, nunca experimentou dor ou sofrimento.

O estado de necessidade é agravado quando se percebe uma situação de injustiça. E então o sofrimento se instala na existência diária, e é uma questão de saber se o desânimo não se torna desespero.

É ainda mais inquietante considerar que vivemos em um mundo que produz quase sistematicamente dor e sofrimento. E, se for preciso, alimenta essa dor e esse sofrimento, principalmente com a pobreza. E, se possível, com a solidão. Parece que estamos empenhados em gerá-los, como um efeito colateral, dizem. Não exatamente com nossa intenção. Basta que seja com nossa ação. Ou com nossa passividade. É preciso um olho ético, um olhar ético.

A preocupação agora é maior porque esse estado de necessidade está se aproximando ou chegando até nós. Mas, de qualquer forma, o sentido e a direção de nosso olhar são sempre decisivos. E, não é raro que simplesmente não tenhamos visto, nem mesmo notado, nem reagido.

Daí a importância da educação do olhar, de uma visão que não seja parasitária, de uma visão que esteja envolvida. A dor e o sofrimento também oferecem sua escala de valores, que, sem dúvida, evidencia o que parece ser proposto a partir da ilusão de um mundo prazeroso que não olha nem vê, que vai satisfazendo necessidades. E condiciona de tal modo que cada instante, cada situação e, especialmente, cada desejo, impregnando-se e constituindo-se nesse resquício insistente de negligência que acaba por ser abrasador.

A chave é a proximidade, a companhia, a palavra e a intervenção próximas daqueles que mostram, por meio de sua participação e ação, que são importantes. A educação ética deve nos convocar à proximidade. Mas não menos importante é o encorajamento oferecido por



“A educação garante o futuro da democracia porque, como acontece em todas as sociedades, é também o meio de transmissão de valores entre gerações.”

aqueles que enfrentam de maneira profunda as causas do sofrimento. A ação individual é tão indispensável quanto insuficiente. A democracia precisa ser ética, para dar uma dimensão humana, de seres humanos, ao que fazemos e dizemos, ao que vivemos. No entanto, em algumas ocasiões, o sofrimento é silencioso. Parece até mesmo não ter rosto e nem olhar. O outro está como se estivesse ausente, enclausurado ainda mais em seu sofrimento. Sem visibilidade. Só encontramos indícios e sintomas. E um ar de enxofre contamina tudo.

A dor e o sofrimento espalham seus tentáculos com a mesma eficácia com que o sangue se ramifica pelo corpo e a ânsia de viver não se esgota nele. E o que para Julia Kristeva são As novas doenças da alma permitem reescrever formas de sofrimento que não deixam de ser sofisticadas, de enorme eficácia para outros modos de dor. E nossos ambientes nos oferecem a proximidade de formas contundentes desse sofrimento. Elas estão próximas,

muito perto de nós.

A falta de expectativas e horizontes, impulsionados pelas urgências diárias, gera inúmeras pessoas desfavorecidas, que parecem não ter em suas próprias mãos, não só seu destino, mas seu cotidiano. O sofrimento pelos direitos afetados e pelas oportunidades ausentes ou perdidas, pelas perspectivas turvas, pelo que pode ter sido conseguido e talvez falhado, deve atingir a todos nós, e essas questões não devem estar distantes de nós. Mesmo que, nesse caso, acreditemos que podemos escapar de seus efeitos. Sem essa atitude, a ética é vazia e vã, e a educação não só é desprovida de valores, mas perde seu valor.

O bem-estar não é simplesmente uma questão pessoal. Se não for coletivo, tem outros nomes. Não se trata de proporcionar o mero conforto, a resignação ou a exclusão, sob o pretexto da impotência.

Daí a importância da educação como a pedra angular de uma mudança estrutural inevitável para o progresso e o desenvolvimento de nossas sociedades. E a necessidade de uma mensagem de exemplaridade e compromisso que hoje, em tempos de tanta lamentação, são essenciais. E a necessidade de responder aos problemas, isso é responsabilidade. E, para isso, devemos vincular o conhecimento à iniciativa social e institucional, a fim de





realizar uma tarefa comum e coletiva.

Por isso, agradecemos este ato. É uma prioridade, os mais vulneráveis, os mais necessitados, os mais desprotegidos, os mais indefesos, os mais desfavorecidos, os mais pobres, os menores. E não apenas em idade, mas também em possibilidades. A ética enfrenta a desigualdade.

Educar é um requisito essencial para um sistema democrático. Sem democracia, pode haver alguma educação, mas sem educação não pode haver democracia. Além disso, quanto maior for a qualidade de nosso sistema democrático, maior será a qualidade de nossa educação, e vice-versa.

tomada de decisão. Portanto, a participação pessoal não significa tomar parte, mas sim fazer parte. Não é apenas uma questão de falar para os professores ou conversar com eles. Trata-se também de criar as condições para que eles se expressem.

Para isso, é essencial que os professores possam desempenhar seu trabalho em um clima de respeito, tolerância, participação e liberdade. Para que essa transmissão de valores seja efetiva, também é necessário um maior envolvimento de todos, da comunidade educativa, das famílias, dos agentes sociais, das administrações, dos partidos políticos e dos meios de comunicação e, em geral, de toda a sociedade, para que assumamos com responsabilidade os direitos e deveres e vivamos a solidariedade e o respeito pelos outros.

“ Educar na palavra, educar na escuta, é o cultivo da ética democrática. Diante do falatório incessante, que confirma nossas andanças errantes e isoladas, precisamos de pessoas de palavra. ”

A educação garante o futuro da democracia porque, como acontece em todas as sociedades, é também o meio de transmissão de valores entre gerações.

Em nossa sociedade, esses valores são valores democráticos que se referem à solidariedade, à convivência democrática e ao respeito pelas diferenças individuais, com o objetivo fundamental de alcançar maior coesão social.

Os valores são necessários. O conhecimento também, mas sem valores o conhecimento perde seu significado. A dificuldade está em como eles são transmitidos, recriados e melhorados. Precisamente 5 de outubro é o Dia Mundial dos Professores, com o lema “Rumo a um novo contrato social para a Educação”. É decisivo incorporar os pontos de vista dos professores às políticas educacionais e aos processos de

E é essencial criar um ambiente que seja coerente com os valores que queremos viver e com os quais queremos conviver.

A educação é e faz cidade. A ética não é simplesmente um assunto pessoal.

Temos que incentivar e promover uma educação integral que favoreça a formação dos alunos como pessoas, como seres humanos e como cidadãos preparados para enfrentar um mundo aberto em um processo contínuo de mudança. Cidadãos e cidadãos ativos que pensem sobre o que aprendem e que nunca deixem de se perguntar pelo conhecimento que adquirem, que duvidem, que questionem o que lhes é ensinado, que proponham novas verdades com uma consciência crítica. A educação não é uma simples e passiva aquisição de conhecimento, ela contém muitos outros objetivos além da



empregabilidade, que, embora decisiva, não deve ser reduzida ao adestramento.

A democracia baseia-se na ideia de que ninguém possui a verdade absoluta, de que a palavra não é patrimônio de um único indivíduo ou de uma formação, não pertence a ninguém. A palavra é diálogo, acordo, consenso. A palavra é de todos e a cada um, a todas e a cada uma; a conversa é indispensável no espaço do que é discutível, do que é debatível, no qual é imprescindível decidir. Educar na palavra, educar na escuta, é o cultivo da ética democrática. Diante do falatório incessante, que confirma nossas andanças errantes e isoladas, precisamos de pessoas de palavra.

A educação e a palavra têm uma enorme capacidade de criar identidade na comunidade. Mas comunidade não é isolamento, nem afastamento, nem exclusão, mas sim o contrário: é abertura, avanço e inclusão permanente. É um conjunto de pessoas que decidem compartilhar e desenvolver seus interesses comuns. Isso

significa entender que o ódio é a maior submissão àquele que é odiado.

Desta forma, a ética está ligada à prática de cuidar de si mesmo e dos outros. Mas, para consolidar a democracia, é indispensável lembrar que esse cuidado precisa de instituições justas, palavras justas, soluções justas, seres humanos com horizontes de justiça. Educar para o reconhecimento, o respeito e o afeto pelas instituições democráticas é uma tarefa decisiva. Trata-se de atender à necessidade e de oferecer canais institucionais para poder promover e viver uma vida democrática. Não existe democracia sem um coração ético em um organismo integral e inclusivo. A falta dessa formação faz as democracias cambalearem.

“ É essencial criar um ambiente que seja coerente com os valores que queremos viver e com os quais queremos conviver ”





Violência: o inimigo silencioso do direito humano à educação na América Latina e no Caribe

Magaly Robalino-Campos





“A inclusão educacional universal é uma das grandes dívidas dos países da América Latina e do Caribe”.

Magaly Robalino-Campos.

Pesquisador do Centro Nacional de Investigaciones Sociales y Educativas, CENAISE (Equador) e membro do Conselho Consultivo da OEI.



A inclusão educacional universal é uma das grandes dívidas dos países da América Latina e do Caribe, situação agravada pela pandemia da Covid-19 que ainda não foi revertida, apesar das iniciativas tomadas pelos países. Estima-se que 10,4 milhões de crianças e adolescentes estejam fora da escola e entre os países mais afetados estão: Brasil, Colômbia, Equador, Haiti, Peru e Venezuela (ECW, 2022).

A pobreza, o trabalho infantil e a gravidez na adolescência estão entre as primeiras causas da exclusão educacional; no entanto, a violência em todas as suas formas (social, escolar e intrafamiliar) está ganhando terreno e, juntamente com a migração, está incluída entre as principais razões para que crianças e adolescentes fiquem fora da escola ou abandonem os estudos, apresentando números que aumentam à medida que aumenta a idade escolar (CEPAL, 2024; UNESCO/UNICEF/CEPAL, 2022).

Embora seja possível identificar períodos de violência ao longo da história da região, com maior ou menor profundidade, dependendo dos países e das áreas, nos últimos anos temos testemunhado uma crise de violência em todas as esferas, com variações de acordo com o contexto; uma crise associada a desigualdades sociais e econômicas, iniquidades, enfraquecimento das políticas sociais, falta de governança, expansão do narcotráfico e do crime organizado que,

inclusive, permeia algumas instituições dos países.

No caso de crianças e adolescentes, a violência tende a se agravar na América Latina e no Caribe: 24.500 crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos são vítimas de violência letal (homicídio) a cada ano e a taxa na região é cinco vezes maior do que a média global (UNICEF, 2019).





Essa crise de violência se tornou uma das principais causas da violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes, especialmente o direito à educação, pois os exclui do acesso à escola ou os leva a abandoná-la, duas expressões fundamentais da negação desse direito.

A violência doméstica está adquirindo características dramáticas, com a agravante de que em muitos lugares ela é silenciada e encoberta. Nos lares da América Latina e do Caribe, 50% da população com menos de 18 anos de idade já foi vítima de violência doméstica, em sua maioria perpetrada por membros da família ou parentes próximos (CEPAL e UNICEF, 2020).

A violência escolar, que tem sido cada vez mais reconhecida e combatida nas últimas décadas, nem sempre é identificada como causa explícita do abandono escolar, pois essa violência “pode assumir a forma disfarçada de uma violência silenciosa e até permitida” (Alejo, Estrada e Tapia, 2018), que é legitimada no imaginário da comunidade educacional ao aceitá-la como parte das “tradições institucionais”. No entanto, episódios de agressão e/ou violência geram danos físicos e emocionais, estresse, desmotivação, menor desempenho escolar e absentismo nas crianças (UNICEF, 2021; Soto e Trucco, 2015 citados em Trucco e Inostroza, 2017; UNESCO/LLECE, 2010; UNESCO/LLECE, 2015).

A migração, outra causa de crianças que estão fora da escola ou que abandonam os estudos, é frequentemente motivada pela violência.

Em 2020, de acordo com UNICEF (2022), havia 6,3 milhões de crianças e adolescentes migrantes com menos de 18 anos na ALC que enfrentam barreiras à inclusão educacional refletidas em taxas de frequência escolar mais baixas em comparação com a população anfitriã.

“A violência doméstica está adquirindo características dramáticas, com a agravante de que em muitos lugares ela é silenciada e encoberta”.

De acordo com um relatório do BID, OCDE e PNUD (2023, pp. 12-13), “em metade dos países da América Latina e do Caribe analisados, as crianças estrangeiras têm menos probabilidade de frequentar a escola do que seus colegas





nativos (...), e isso ocorre em todas as faixas etárias”.

No Equador, em 2019, a taxa de matrícula escolar de crianças equatorianas entre 3 e 4 anos de idade chegou a 64%, enquanto seus pares venezuelanos chegaram a 50% (Banco Mundial, 2020, ACNUR, INEC, BM, 2024). No Peru, em dezembro de 2021, estimava-se que 42,3% das crianças e adolescentes migrantes estavam fora do sistema educacional. No Brasil, 77% das crianças venezuelanas pesquisadas não estavam frequentando as aulas, seja porque as aulas estavam suspensas ou porque não estavam matriculadas em nenhuma escola (Elías, Granada, Naslund-Hadley, Ortiz, Romero y Dávalos, 2022, pp. 18-19 citando a: RAV 2021 y 2022, World Vision, 2020, IOM, 2020)

Aviolência sexual contra crianças e adolescentes, tanto dentro quanto fora do sistema educacional, é outro fator que contribui para a redução das taxas de frequência escolar, que persistem apesar das medidas tomadas pelos países.

Casos de violência sexual ocorridos em espaços educacionais ou por membros da comunidade educacional são particularmente graves, quando as escolas deveriam ser, acima de tudo, locais de segurança e proteção para seus alunos, garantidos por profissionais da educação.

Outro fator de violência que afeta o abandono escolar é o recrutamento de crianças e adolescentes para redes de tráfico de drogas, grupos do crime organizado e grupos paramilitares.

De acordo com Herrera (2024), citado em Gestión (2024), com base em pesquisas realizadas no Equador, “essas crianças e adolescentes se encontram sem escola e abandonados pelo Estado (...). Os grupos do crime organizado recrutam crianças cada vez mais jovens, entre 9 e 10 anos de idade, que vêm de famílias empobrecidas e de ambientes onde sofreram violência, ausência dos pais, onde o tecido social

das comunidades em que vivem está rompido (...).

“A exclusão da escola aumenta o risco de violência, exploração e abuso, bem como os obstáculos para a construção de projetos de vida, o desenvolvimento do pensamento crítico e o comportamento no mundo”.

As informações apresentadas neste texto mostram apenas uma pequena parte do problema da violência e da negação do direito humano à educação para crianças e adolescentes de grupos populacionais altamente vulneráveis na América Latina e no Caribe.

A exclusão da escola aumenta o risco de violência, exploração e abuso, bem como os obstáculos para a construção de projetos de vida, o desenvolvimento do pensamento crítico e o comportamento no mundo, o conhecimento e o exercício pleno dos direitos, a participação ativa na vida comunitária e a prática dos valores da cidadania responsável para o fortalecimento das democracias.

Garantir a educação e a proteção de crianças e adolescentes é uma questão de direitos humanos e, portanto, é responsabilidade dos Estados gerar respostas para enfrentar e resolver essa crise de violência, especialmente quando estamos diante de uma situação estrutural que está se expandindo em alguns países e não apenas em casos isolados.



Existe uma relação direta entre a pobreza multidimensional nas famílias, o trabalho infantil e adolescente, a gravidez na adolescência, a migração forçada e a negação de direitos. Em alguns lugares, os Estados falham em seu dever de garantir os direitos fundamentais da população, como o acesso a serviços básicos, educação de qualidade, emprego digno e segurança cidadã (Herrera, 2024 in Gestión digital, 2024, n.p.).

“ (...) que assegurem a igualdade, a inclusão e a justiça social para toda a população e sistemas educacionais que tornem realidade o lema da Agenda 2030: ninguém é deixado para trás! ”.

Esses fatores de exclusão e risco interagem entre si e potencializam os efeitos devastadores sobre a educação, a proteção, a segurança, o bem-estar e o futuro de crianças e adolescentes.

A compreensão dessas relações possibilitará a elaboração de intervenções de políticas públicas que contribuam para o acesso universal e a permanência na escola, oferecendo novas oportunidades e horizontes para os alunos (OEI, 2020) no âmbito de respostas políticas abrangentes que abordem, como um todo, as causas e expressões das desigualdades e iniquidades estruturais.

Os Estados do mundo se deparam com o imperativo de garantir a sustentabilidade do planeta e a plena vigência de sistemas democráticos que assegurem a igualdade, a inclusão e a justiça social para toda a população e sistemas educacionais que tornem realidade o lema da Agenda 2030: ninguém é deixado para trás!



OEI 75